



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

**TERMO DE REFERÊNCIA
(COMPRAS)**

**PREGÃO Nº 01/2023
(Processo Administrativo n.º 15771-720.001/2023-15)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de lacres de segurança aduaneiros, metálicos, modelo LA1, de acordo com Ato Declaratório Coana 08/2018 anexo a este Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.MIN. ESTIMADA	QUANT.MAX ESTIMADA	VLR UNI. MAX. ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	LACRE LA1	150711	UNIDADE	64.500	258.000	5,27	1.359.660
2	LACRE LA1	150711	UNIDADE	15.000	30.000	5,27	158.100

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa incluída nos Estudos Técnicos Preliminares.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos lacres é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de emissão da ordem de fornecimento, nos endereços dos órgãos solicitantes discriminados em 6.2.

6.1.1. O fornecedor deverá informar ao órgão solicitante a data de entrega com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, observando os seguintes contatos, conforme o órgão solicitante:

ÓRGÃO SOLICITANTE	SIGLA	TELEFONE 1	TELEFONE 2	EMAIL
ITEM 01 – ÓRGÃO GESTOR E SEUS JURISDICIONADOS				
ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO (GESTOR)	ALF/SPO	(11) 2112-9890	X	antonio-carlos.soares@rfb.gov.br karen.iguchi@rfb.gov.br
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS	ALF/VCP	(19) 3725-9066	(19) 3725-9070	Rodrigo.v.fernandes@rfb.gov.br
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	ALF/GRU	(11) 2445-5772	(11) 2445-5187	Honorio.Shiguematu@rfb.gov.br
ITEM 02 – ÓRGÃO PARTICIPANTE				
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA DA	DIPOL/RF09			Mario.nascimento@rfb.gov.br , Anderson.o.souza@rfb.gov.br



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

**NONA REGIÃO
FISCAL**

6.2. Será emitida uma ordem de fornecimento para cada demanda, a ser entregue nos endereços abaixo, segundo o órgão solicitante, e conforme as respectivas quantidades máximas e mínimas:

ÓRGÃO	ENDEREÇO DE ENTREGA	QUANTIDADE MÍNIMA POR ORDEM DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA
ITEM 01 – ÓRGÃO GESTOR E SEUS JURISDICIONADOS			
ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO	Rua Henrique Sertório, 63 cep: 03066-065 - Tatuapé, São Paulo - SP – 2º andar.	12.000	48.000
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS	Rodovia Santos Dumont/SP075, Km 66 - CEP 13052-970 – Campinas/SP. Prédio Administrativo – 1º Andar lado RFB, Sapol	20.000	80.000
ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	Grupo de Controle Patrimonial e Material - GPAT, localizado na Rodovia Hélio Smidt, s/n – Setor 2 Terminal de Cargas – Edifício 2 - Térreo - Cumbica - Guarulhos/SP CEP 07190-971	32.500	130.000
TOTAL		64.500	258.000



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

ITEM 02 – ÓRGÃO PARTICIPANTE

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA DA NONA REGIÃO FISCAL	Rua Marechal Deodoro, 555 10º andar – Centro/Curitiba – PR	15.000	30.000
---	--	--------	--------

6.3. Ficarà a critério do fornecedor aceitar ou rejeitar demandas, durante a vigência do contrato, com quantidades inferiores às expostas nessa tabela, na coluna “QUANTIDADE MÍNIMA POR ORDEM DE FORNECIMENTO”.

6.4. O fornecedor é responsável pela carga e descarga dos lacres objeto desta aquisição até o local de armazenamento.

6.5. Em caso de impossibilidade de atendimento do prazo de entrega, o fornecedor deverá apresentar justificativa fundamentada com exposição dos motivos para dilação do prazo, o qual será avaliado pelo órgão requisitante.

6.6. Os lacres deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, com a identificação do produto, constando sua descrição e incluindo informações sobre marca, modelo e garantia.

6.7. Caso a marca/fabricante estipulada na proposta do fornecedor deixar de atender as exigências deste Termo de Referência, ou caso a marca deixar de ser fabricada, o fornecedor deverá apresentar, em substituição, produto de mesma qualidade ou superior.

6.7.1. Nesse caso, o recebimento será condicionado à análise do órgão solicitante, que verificará se o material está de acordo com as definições, não sendo admitido material inferior, tampouco com prazos de entrega ou garantia diferentes do ofertado na proposta original.

6.7.2. O fornecedor que necessitar substituir a marca/fabricante do produto deverá apresentar as justificativas ao órgão solicitante assim que tiver conhecimento da necessidade de substituição, não cabendo prorrogações de prazo além daquela apresentada no subitem 6.5.

6.8. **Recebimento Provisório.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no ADE COANA nº 08/2018, neste Termo de Referência e na proposta.

6.9. **Teste de Tensão.** O órgão selecionará amostras do bem recebido para realização do teste de tensão, nos termos do ADE COANA nº 08/2018. Observa-se que durante a fase competitiva do Pregão Eletrônico, o licitante será convocado para apresentar amostras do Lacre LA1 e laudo de teste de tensão, conforme o disposto no item 17.4.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

6.9.1. O laudo do teste de tensão deverá ser emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou acreditado por organismo de certificação que, por sua vez, tenha sido acreditado pelo INMETRO.

6.9.2. A cada entrega de lacres, o órgão escolherá as amostras que serão enviadas para análise do laboratório indicado pelo fornecedor, apenas realizando o recebimento definitivo dos lacres após a conformidade destes a ser atestada pelo laboratório, como o exigido no Ato Declaratório Executivo COANA nº 08/2018.

6.9.3. Caberá à Contratada arcar com todos os custos envolvidos para a realização do teste de tensão, o que inclui inclusive as despesas relativas ao envio para o laboratório das amostras de lacres selecionadas pelo órgão, bem como as despesas de recolhimento ou descarte dos lacres submetidos ao teste de tensão, quando houver.

6.10. **Rejeição de Lacres.** Os lacres poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ADE COANA nº 08/2018, neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação ao fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.10.1. Os lacres rejeitados pela fiscalização ficarão durante 30 (trinta) dias, contados da data de devolução da nota fiscal, à disposição do fornecedor para retirada no mesmo endereço em que foram entregues.

6.10.2. O custo de retirada dos lacres rejeitados caberá integralmente ao fornecedor.

6.10.3. Os lacres rejeitados serão destruídos se não forem retirados no prazo estipulado.

6.10.4. Não haverá pagamento pelos lacres rejeitados, cabendo a glosa do respectivo valor.

6.11. **Recebimento Definitivo.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do laudo do teste de tensão que certifique que a capacidade de resistência do material atende às especificações do ADE COANA nº 08/2018, isto é, que o lacre LA1 resiste, sem abrir ou quebrar, até uma carga de 10 kN (2.250 lbf) a uma temperatura de 25°C (\pm 5°C). 6.10.1.

6.11.1. Na hipótese de o recebimento definitivo a que se refere o subitem anterior não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.12. **Constatação de defeito em lacre após correspondente pagamento.** No caso de constatação de defeito no lacre durante a vigência da garantia do bem e após a realização de seu correspondente pagamento, este deverá ser substituído por outro no prazo de 30 (trinta) dias.

6.12.1. O fornecedor que não retirar os lacres defeituosos sob garantia terá todos os seus registros cancelados nos termos do Decreto nº 7.892/2013.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

6.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (mínima de 12 meses);
 - 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 8.1.1.2. Atender todas as especificações técnicas, inclusive quanto às medidas do Lacre LA1 definidas no Anexo I do Ato Declaratório Executivo COANA nº 08/2018
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.1.8. Caso os bens oferecidos tenham sido importados, a Contratada deverá comprovar, no momento da entrega, sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rejeição dos bens e de incidência das penalidades contratuais previstas.
- 8.1.9. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto;
- 8.1.10. observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- 8.1.11. arcar com os custos de emissão dos laudos de teste de tensão, conforme Ato Declaratório Executivo COANA, nº 08, de 12 de abril de 2018;
- 8.1.12. responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento;
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
-



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
-



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. o pagamento está condicionado à entrega e aceitação dos lacres, segundo as regras deste Termo de Referência;

14.1.2. não foram levantados riscos relevantes no mapa de risco para exigência de garantia.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.1.1. A exigência de garantia contratual dos bens decorre da necessidade de substituição do lacre cujo defeito seja constatado após o recebimento definitivo, no momento de ser utilizado.

15.1.2. O prazo mínimo de 12 (doze) meses justifica-se pelo fato de ser o período estimado de consumo dos lacres objeto da aquisição.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
-



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1. terem como objeto o fornecimento de lacres metálicos;

17.3.1.1.2. a somatória dos atestados deverá comprovar o fornecimento de, ao menos, 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada do item;

17.3.1.1.3. os atestados devem referir-se a fornecimentos realizados dentro de um período máximo de 12 (doze) meses;

17.3.1.1.4. os atestados deverão possuir as informações de identificação do emissor (nome da empresa ou órgão, CNPJ, endereço, telefone, e-mail de contato).

17.3.1.1.5. Os atestados deverão estar assinados pelo emissor;

17.3.1.1.6. Os atestados deverão apresentar a data da emissão/assinatura.

17.4. **Apresentação de amostras e de laudo de teste de tensão.** O fornecedor deverá apresentar 5 (cinco) amostras do lacre LA1 em seu estado original e o laudo de teste de tensão referente a 5 (cinco) amostras de lacres LA1, o qual deverá obedecer às disposições do item 4 do anexo I do Ato Declaratório COANA nº 08/2018.

17.4.1. O prazo para apresentação das amostras e do laudo do teste de tensão é de 20 (vinte) dias corridos contados da data de solicitação do Pregoeiro realizada na sessão do Pregão Eletrônico.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

17.4.2. As amostras e o laudo do teste de tensão deverão ser encaminhados para o seguinte endereço: Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo – Serviço de Programação e Logística (SEPOL) — 2º Andar– Avenida Celso Garcia, 3580, Tatuapé, São Paulo/SP.

17.4.3. O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério da Administração, pelo prazo de 10(dez) dias corridos, caso o licitante venha a solicitar prorrogação dentro do prazo do subitem 17.4.1., mediante justificativa fundamentada.

17.4.4. Se o primeiro classificado não apresentar as amostras e laudo no prazo estipulado ou se as amostras apresentadas e/ou o laudo de teste de tensão não forem aceitáveis, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

17.4.5. Serão avaliados, além dos aspectos já determinados pelo ADE COANA 08/2018, os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para ambos os itens: medidas das peças; acabamento, pois cada peça não poderá apresentar arestas ou pontas cortantes; travamento da peça, pois depois de fechada, a peça não poderá abrir com facilidade.

17.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.5.1. Valores unitários máximos

17.5.1.1. Item 01: R\$ 5,27 (cinco reais e vinte e sete centavos)

17.5.1.2. Item 02: R\$ 5,27 (cinco reais e vinte e sete centavos)

17.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

17.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.517.760 (um milhão quinhentos e dezessete mil setecentos e sessenta reais)

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

KAREN ILCA IGUCHI
CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

(assinado e datado digitalmente)